

JULGAMENTO DOS RECURSOS

Com base no item 7.1. c do edital a Prefeitura Municipal de Arceburgo, a Comissão Supervisora e a Empresa realizadora do Concurso Público nº 01/2011 tornam público o julgamento dos recursos interpostos pelos candidatos contra as questões da Prova Objetiva de Múltipla Escolha para o cargo de Supervisor Escolar, realizadas em 27/11/2011.

Recorrente:

Otávio Luciano Camargo Sales de Magalhães.

Questão 35

Agressividade em sala de aula

O mundo está mudando e seus moradores, atônitos, buscam novas formas de se relacionar. Mas um dos piores reflexos dos novos tempos é a violência dos jovens nas escolas, o chamado bullying.

Disponível em www.otempo.com.br, 27/03/2011, acesso em 27.03.2011

De acordo com a proposta dos PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais, o fragmento acima representa uma oportunidade de trabalhar qual tema transversal com os alunos em sala de aula?

[A] Pluralidade Cultural.

[B] Trabalho e Consumo.

[C] Ética.

[D] Meio Ambiente.

RAZÕES:

A questão acima prima por aspectos voltados pela atenção, interpretação e conhecimentos específicos do assunto abordado. A questão está necessariamente na linguagem de um profissional habilitado para a área, conforme documentos oficiais, tanto na forma textual, gramatical e de conteúdos. De sorte, que as temáticas são sempre referendadas pela bibliografia abaixo, e em algumas situações, tanto enunciados, quanto alternativas reproduzidos na íntegra, o que evita margem de dúvida textual e interpretativa.

Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e idéias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

ASPECTO 1 – A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é “C”.

ASPECTO 2 – A interpretação do fragmento da presente questão explicita a “agressividade na em sala de aula” e tal temática tem correspondência direta com tema transversal “ética”, que assim se encerra Parâmetros Curriculares Nacionais: Tema Transversal Ética que assim expressa

“...O homem vive em sociedade, convive com outros homens e, portanto, cabe-lhe pensar e responder à seguinte pergunta: “Como devo agir perante os outros?”. Trata-se de uma pergunta fácil de ser formulada, mas difícil de ser respondida. Ora, esta é a questão central da Moral e da Ética...” PCNS(1997:49)

E ainda:

“...Quanto ao respeito próprio, sua necessidade está presente em crianças ainda bem pequenas. Uma criança que passa por violências, por constantes humilhações, estará inclinada a se desvalorizar, a ter muito pouca confiança em si mesma; vale dizer que sua afetividade será provavelmente muito marcada por essas experiências negativas.” PCNS(1997:57)

ASPECTO 3– A presente questão está classificada como uma graduação “fácil”, não havendo justificativa para correlação do fragmento da questão com as demais alternativas.

Parâmetros e referências bibliográficas:

- BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996
- PCNs: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, MEC/SEF, 1997.

- PCNs: apresentação dos Temas Transversais. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, MEC/SEF, 1997

JULGAMENTO:

E pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer é pelo INDEFERIMENTO do recurso em questão.

QUESTÃO 36

Na gestão escolar democrática, quando existem espaços onde todos (alunos, diretor, professores, funcionários, pais, mães e outras pessoas da comunidade) possam discutir e negociar encaminhamentos relativos ao andamento da escola tal fato sinaliza qualidade na educação. O que pode ser corretamente associado ao seguinte indicador:

- [A] Participação efetiva de estudantes, pais, mães e comunidade em geral.
- [B] Informação democratizada.
- [C] Conselhos escolares atuantes.
- [D] Parcerias locais e relacionamento da escola com os serviços públicos.

RAZÕES:

A questão acima prima por aspectos voltados pela atenção, interpretação e conhecimentos específicos do assunto abordado. A questão está necessariamente na linguagem de um profissional habilitado para a área, conforme documentos oficiais, tanto na forma textual, gramatical e de conteúdos. De sorte, que as temáticas são sempre referendadas pela bibliografia abaixo, e em algumas situações, tanto enunciados, quanto alternativas reproduzidos na íntegra, o que evita margem de dúvida textual e interpretativa.

Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e idéias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

ASPECTO 1 – A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é “A”.

ASPECTO 2 – entendemos que “Conselho Escolar” se constitui um canal de comunicação, discussões e deliberações institucionalmente constituído que também afirma o papel de um indicador de qualidade na educação. No entanto, o candidato se equivoca na interpretação da questão, uma vez que para a presente questão há a menção de “espaços”, podendo ser canais diversos, e não a especificidade de um “Conselho Escolar”. Logo não indicando a resposta esperada. Isto porque o enunciado socializa informações da participação efetiva dos atores da escola, não especificando características e funções de um “Conselho Escolar”.

Parâmetros e referência bibliográfica:

- BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996
- BRASIL. MINISTERIO DA EDUCACAO. Conselhos Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da educação pública. 2004

JULGAMENTO:

E pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer é pelo INDEFERIMENTO do recurso em questão.

QUESTÃO 39

Analise as afirmativas sobre o Ensino Fundamental de nove anos:

- I. Em 1971, a Lei nº 5.692 estendeu a obrigatoriedade para oito anos. Já em 1996, a LDB sinalizou para um ensino obrigatório de nove anos, a iniciar-se aos seis anos de idade.
- II. O PNE estabelece, ainda, que a implantação progressiva do Ensino Fundamental de nove anos, com a inclusão das crianças de seis anos, deve se dar em consonância com a universalização do atendimento na faixa etária de 7 a 14 anos.
- III. Ensino Fundamental de nove anos é um movimento mundial e, mesmo na América do Sul, são vários os países que o adotam.

IV. O Ensino Fundamental de nove anos, pela inclusão das crianças de seis anos de idade, tem duas intenções: “oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade”.

- [A] Apenas I e III estão corretas
- [B] Apenas II e IV estão corretas.
- [C] Apenas I,II e IV estão corretas.
- [D] Todas as afirmativas estão corretas.

RAZÕES:

A questão acima prima por aspectos voltados pela atenção, interpretação e conhecimentos específicos do assunto abordado. A questão está necessariamente na linguagem de um profissional habilitado para a área, conforme documentos oficiais, tanto na forma textual, gramatical e de conteúdos. De sorte, que as temáticas são sempre referendadas pela bibliografia abaixo, e em algumas situações, tanto enunciados, quanto alternativas reproduzidos na íntegra, o que evita margem de dúvida textual e interpretativa.

Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e idéias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

ASPECTO 1 – A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é “D”.

ASPECTO 2 – o ITEM I é legítimo em suas considerações. Partindo do pressuposto que o aparato legal brasileiro é de natureza complementar, vide a Constituição Federal que delega especificidades temáticas em leis complementares, e ordinárias. Da tal forma, a Lei 9.394/96 (LDB) se constitui âncora da temática educação nacional na qual deriva entendimentos, alterações, complementações em outras, que é o caso da lei 11.274 (2.006). Aliás, basta verificar a Lei 9.394/96, junto ao site do governo federal www.planalto.gov.br/legislação e encontramos esta lei, que poderíamos dizer tratar-se de codificação da Educação Nacional, que a mesma apresenta-se com as alterações introduzidas pelas leis posteriores. Inclusive a lei 11.274, que traz em sua ementa “Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispendo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.”

ASPECTO 3 – O aumento da “jornada de escolarização” é premente. Seja por motivos da reorganização do mundo do trabalho, sejam pelos anseios sócios políticos diversos. Tanto em países afora, quanto aqui no Brasil. O aporte para aumento de jornada de escolarização foi apresentado na Declaração de Joimtien (Tailândia) em âmbito mundial, e de forma nacional quando de propostas como a de Educação Integral (e em outros documentos), aqui consideradas pelo Ministério da Educação do Brasil. Portanto, o ITEM III é legítimo e acertado.

ASPECTO 4 – Cada país utiliza terminologias para suas peculiaridades educacionais, mas há de se considerar que para pesquisas e comparativos as mesmas são equiparadas seja por idade ou o que nos representa o Ensino Fundamental. Tal terminologia não é descaracterizada nem desclassificada no Item III.

Parâmetros e referência bibliográfica:

- Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.126p.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 11.274, 06 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

JULGAMENTO:

E pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer é pelo INDEFERIMENTO do recurso em questão.

QUESTÃO 40

A respeito da organização do trabalho pedagógico no ensino de nove anos é CORRETO afirmar:

[A] Para receber crianças de seis anos é essencial à escola reorganizar a sua estrutura, as formas de gestão, os ambientes, os espaços, os tempos, os materiais, os conteúdos, as metodologias, os objetivos, o planejamento e a avaliação.

[B] Recomenda-se que as escolas organizadas pela estrutura seriada transformem esse novo ano em mais uma série, com as características e a natureza da primeira.

[C] É de suma importância que os sistemas induzam e estimulem as linhas de ação individual nas escolas, intencionalmente voltadas para a construção de um projeto pedagógico que reflita o desejo e o planejamento de cada comunidade escolar.

[D] A natureza do trabalho docente requer um continuado processo de formação dos sujeitos sociais historicamente envolvidos com a ação pedagógica, sendo indispensável que se estabeleça um modelo a ser seguido, um perfil de profissional a ser buscado.

RAZÕES:

De acordo com <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/noveanorienger.pdf>

A única opção correta de acordo com o documento do MEC é a opção A.

III – ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Uma questão essencial é a organização da escola que inclui as crianças de seis anos no Ensino Fundamental. Para recebê-las, ela necessita reorganizar a sua estrutura, as formas de gestão, os ambientes, os espaços, os tempos, os materiais, os conteúdos, as metodologias, os objetivos, o planejamento e a avaliação, de sorte que as crianças se sintam inseridas e acolhidas num ambiente prazeroso e propício à aprendizagem. É necessário assegurar que a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental ocorra da forma mais natural possível, não provocando nas crianças rupturas e impactos negativos no seu processo de escolarização.

A partir do exposto, torna-se importante ressaltar alguns aspectos referentes à responsabilidade dos sistemas de ensino, das escolas e dos professores ao proceder à ampliação do Ensino Fundamental.

Recomenda-se que as escolas organizadas pela estrutura seriada não transformem esse novo ano em mais uma série, com as características e a natureza da primeira série. Assim, o Ministério da Educação orienta que, nos seus projetos políticopedagógicos, sejam previstas estratégias possibilitadoras de maior flexibilização dos seus tempos, com menos cortes e descontinuidades. Estratégias que, de fato, contribuam para o desenvolvimento da criança, possibilitando-lhe, efetivamente, uma ampliação qualitativa do seu tempo na escola.

(...)

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/noveanorienger.pdf>

JULGAMENTO:

Recurso INDEFERIDO. Mantém a alternativa divulgada, letra A.